



Número: **5003594-14.2021.8.13.0114**

Classe: **[CÍVEL] RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Comarca de Ibirité**

Última distribuição : **31/05/2021**

Valor da causa: **R\$ 7.700.000,00**

Assuntos: **Administração judicial**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Advogados
SUDOESTE PLASTICOS LTDA. (AUTOR)	
	PAULO ROBERTO JOAQUIM DOS REIS (ADVOGADO) WILSON DOS SANTOS FILHO (ADVOGADO)

Outros participantes	
Ministério Público - MPMG (FISCAL DA LEI)	
MUNICIPIO DE SARZEDO (TERCEIRO INTERESSADO)	
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS (TERCEIRO INTERESSADO)	
UNIÃO FEDERAL- (PFN) (TERCEIRO INTERESSADO)	
Taciani Acerbi Campagnaro Colnago Cabral (ADMINISTRADOR JUDICIAL)	
	TACIANI ACERBI CAMPAGNARO COLNAGO CABRAL (ADVOGADO)

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
4964863017	06/08/2021 22:11	Decisão	Decisão



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Justiça de Primeira Instância

Comarca de IBIRITÉ / 3ª Vara Cível da Comarca de Ibirité

PROCESSO Nº: 5003594-14.2021.8.13.0114

CLASSE: [CÍVEL] RECUPERAÇÃO JUDICIAL (129)

ASSUNTO: [Administração judicial]

AUTOR: SUDOESTE PLASTICOS LTDA.

DECISÃO

Trata-se de pedido de recuperação judicial apresentado por **SUDOESTE PLÁSTICOS LTDA.**, devidamente qualificada.

Narra a parte autora, em suma, ter iniciado suas atividades em dezembro de 2012, atuando no ramo de industrialização de produtos e embalagens plásticas das mais diversificadas linhas. Assevera que atualmente gera ocupação direta para mais de trinta pessoas, possuindo 27 (vinte e sete) empregados e mais de 7 (sete) representantes comerciais autônomos.

Aduz que, nos últimos anos, diversos fatores inerentes ao mercado interno, aí se incluindo as graves crises econômicas que assolaram o cenário internacional e o mercado nacional, têm comprometido seu desenvolvimento. Discorre que começaram a surgir muitos concorrentes com novos formatos comerciais e que, além disso, é prejudicada pela concorrência desleal e antiética com o mercado informal.

Relata que a queda das vendas acarretou obstáculo para pagamento de empréstimos bancários e no aumento da necessidade de recursos para financiamento do capital de giro. Com o início da crise econômica decorrente da pandemia do novo coronavírus, as matérias-primas atingiram valores exorbitantes, comprometendo o fluxo de caixa. Além disso, afirma que o



crescente aumento das taxas de juros para refinanciamento das operações bancárias e o corte de parte do crédito geraram grande aumento de despesas financeiras, afetando negativamente os resultados do negócio.

Ressalta se tratar de empresa de estrutura familiar, não integrando grupo econômico, e que preenche os requisitos necessários à obtenção da recuperação judicial. Diante disso, requer o deferimento do processamento do pedido de recuperação judicial, com a determinação das medidas de direito.

Em sede de urgência, requer seja determinada a abstenção de suspensão ou corte dos serviços públicos essenciais, notadamente o fornecimento de energia elétrica e água potável. Requer, ainda, seja determinado às instituições financeiras com quem a celebrou contratos de alienação fiduciária que encaminhem boletos bancários para pagamento dos contratos, eis que não se sujeitam à recuperação judicial.

A inicial veio acompanhada de documentação.

Em decisão proferida sob o ID nº 4094873012 foi determinada a emenda da inicial para juntada de documentação indispensável à propositura da ação.

Emenda da inicial apresentada sob o ID nº 4767803008.

É o relatório. **DECIDO.**

PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Nos termos do artigo 52 da Lei nº 11.101/05, o deferimento do processamento da recuperação judicial se condiciona ao preenchimento dos requisitos exigidos no artigo 51 do mesmo diploma legal.

Na hipótese em tela, verifica-se que, ressalvados os documentos indicados na determinação de emenda, a inicial foi instruída com toda a documentação exigida pelo referido dispositivo legal.



Ademais, após a determinação de emenda, a requerente acostou detalhamento da relação de bens e direitos integrantes do ativo não circulante, relatório do passivo fiscal e relação das ações judiciais nas quais figura como parte, inclusive com estimativa dos valores demandados.

Portanto, atendidos os requisitos constantes do artigo 51 da Lei nº 11.101/05. **DEFIRO** o processamento da recuperação judicial.

Passo à análise, inicialmente, dos requerimentos formulados em sede de tutela de urgência.

TUTELA DE URGÊNCIA

Nos termos do artigo 300 do Código de Processo Civil, conceder-se-á a tutela de urgência quando, havendo elementos que evidenciem a probabilidade do direito, exista perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.

No caso concreto, reputo presentes os requisitos autorizadores da concessão da tutela de urgência pleiteada.

Conforme estabelece o artigo 47 da Lei nº 11.101/05, a recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, permitindo a manutenção não só da fonte produtora como do emprego dos trabalhadores e do interesse dos credores.

As medidas pleiteadas pela requerente se encontram em consonância com os objetivos da recuperação judicial, viabilizando a possibilidade de superação da crise e de preservação da empresa. Evidenciada, portanto, a existência de elementos que indicam a probabilidade do direito da parte autora.

No que se refere ao perigo de dano, é inquestionável que a suspensão/corte do fornecimento de energia elétrica e/ou de água potável prejudicará o regular funcionamento da devedora, que, conforme informado, atua no ramo de industrialização de produtos e embalagens plásticas.



Entretanto, oportuno consignar que a abstenção de suspensão do fornecimento somente deve abarcaros débitos existentes na data do requerimento da recuperação judicial (31/05/2021), a teor do que estabelece o artigo 49 da Lei nº 11.101/05.

Destarte, todos os débitos existentes quando do pedido de recuperação judicial, ainda que não vencidos, relativos às faturas de energia elétrica e água potável deverão integrar o plano de recuperação, a ser submetido à aprovação.

Por conseguinte, os débitos que surgirem após a data do pedido de recuperação judicial não se submeterão aos seus efeitos e, via de consequência, não estarão abarcados pela ordem de abstenção de corte/suspensão do serviço.

Quanto aos contratos de alienação fiduciária com pagamento das parcelas via débito em conta, registro que, não obstante tenha a requerente deixado de indicar informações precisas a respeito das supostas contratações, é certo que, nos termos do § 3º do artigo 49 da Lei nº 11.101/05, tal modalidade de crédito não se submete aos efeitos da recuperação judicial.

Dessa forma, em havendo contratos de alienação fiduciária, de arrendamento mercantil, de venda com reserva de domínio ou de promessa de compra e venda de imóveis com cláusula de irrevogabilidade ou irretratabilidade cujas parcelas mensais sejam debitadas em conta bancária, é de se determinar a suspensão de tais descontos e o envio de boletos para pagamento das parcelas acordadas.

Diante do exposto, **DEFIRO** a tutela de urgência pleiteada para determinar:

- a) a abstenção de corte/suspensão do fornecimento de energia elétrica e água potável em decorrência de débitos existentes até 31/05/2021;
- b) a abstenção de descontos em conta bancária de quantias decorrentes de contratos de alienação fiduciária, de arrendamento mercantil, de venda com reserva de domínio ou de promessa de compra e venda de imóveis com cláusula de irrevogabilidade ou irretratabilidade; e
- c) que as instituições financeiras com quem a devedora tenha celebrado contratos das naturezas acima indicadas providenciem o envio de boletos para pagamento das parcelas avençadas.



Cópia da presente decisão servirá como ofício às instituições financeiras e às concessionárias de serviço público para cumprimento da ordem de abstenção ora determinada.

PROVIDÊNCIAS SUBSEQUENTES

Nomeio Administradora Judicial na pessoa da Dra. Taciani Acerbi Campagnaro Colnago Cabral, OAB/MG 170.449, com escritório na Alameda Oscar Niemeyer, nº 1003, conjunto 423-424, Vila da Serra, Nova Lima/MG, CEP 34006-065, telefones (31) 2115-6166, (31) 3879-2669 e (31) 99495-6551, e-mail contato@colnagocabral.com.br.

Intime-se a Administradora Judicial para assinatura, em quarenta e oito horas, do termo de compromisso de bem e fielmente desempenhar o cargo e assumir todas as responsabilidades a ele inerentes, nos termos do artigo 33 da Lei nº 11.101/05.

Fica dispensada a apresentação de certidões negativas pela devedora para o exercício de suas atividades, observadas as disposições do § 3º do artigo 195 da Constituição da República e do artigo 69 da Lei nº 11.101/05.

Determino que em todos os atos, contratos e documentos firmados pela devedora seja acrescida, após o nome empresarial, a expressão “em Recuperação Judicial”.

Oficiem-se ao Registro Público de Empresas e à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil para que procedam à anotação da recuperação judicial nos registros correspondentes.

Determino a suspensão de todas as ações ou execuções contra a devedora, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, ressalvadas aquelas constantes dos §§ 1º, 2º e 7º do artigo 6º da Lei nº 11.101/05 (artigo 6º, inciso II e § 4º, Lei nº 11.101/05).

Ficam suspensos, ainda, os prazos prescricionais das obrigações da devedora sujeitas ao regime da Lei nº 11.101/05, também pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias (artigo 6º, inciso I e § 4º, Lei nº 11.101/05).



Durante o prazo de 180 (cento e oitenta) dias fica vedada qualquer forma de retenção, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão e constrição, judicial ou extrajudicial, sobre os bens da devedora, oriunda de demandas cujos créditos ou obrigações se sujeitem à recuperação judicial (artigo 6º, inciso III e § 4º, Lei nº 11.101/05).

Imponho à devedora a obrigação de apresentação mensal das contas demonstrativas, sob pena de destituição de seus administradores.

Determino a intimação eletrônica do Ministério Público e das Fazendas Públicas Federal, do Estado de Minas Gerais e do Município de Sarzedo, a fim de que tomem conhecimento da recuperação judicial e informem eventuais créditos perante o devedor.

Expeça-se edital nos termos do § 1º do artigo 52 da Lei nº 11.101/05.

Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Ibirité, data registrada no sistema.

JÚLIO FERREIRA DE ANDRADE

Juiz de Direito

JOSE MARIA TAITSON, 118, CENTRO, IBIRITÉ - MG - CEP: 32400-221

JNSG

